

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Jornal do Brasil*

Class.: 04

Data: 31 de Outubro de 1986

Pg.: \_\_\_\_\_

## Governo quer ocupar sigilosamente fronteiras do Norte

Roberto Benevides/  
Ricardo Amaral

Brasília — O governo brasileiro está iniciando, desde o dia 16, um plano de ocupação "sob o enfoque do desenvolvimento e segurança" das áreas do Amazonas, Pará, Roraima e Amapá que, ao longo de 6 mil 500 quilômetros, fazem fronteira com Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. O plano, sigiloso, foi sugerido ao presidente José Sarney pelo secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, general Rubens Bayma Denys, temeroso de que a "possibilidade de conflitos fronteiriços entre alguns países vizinhos, aliada à presente conjuntura do Caribe" possa "tornar possível a projeção do antagonismo Leste-Oeste na parte Norte da América do Sul".

A implantação do projeto começou com a liberação pelo Ministério do Planejamento das primeiras verbas destinadas aos ministérios do Exército, Aeronáutica, Marinha, Interior e Relações Exteriores. Mas a idéia circula no primeiro escalão do governo desde junho do ano passado, quando Bayma Denys fez sua proposta a Sarney e imediatamente foi criado um grupo de trabalho — com representantes do Planejamento, Interior, Relações Exteriores, é claro, do Conselho de Segurança Nacional — "para estabelecer plano de ação governamental para a região ao Norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, voltado para os objetivos do desenvolvimento e da segurança nacionais".

O estudo aprovado pelo grupo leva a assinatura do ex-ministro Olavo Setúbal e dos ministros Ronaldo Costa Couto, João Sayad e Bayma Denys e "contou com a efetiva participação dos ministérios militares e da Fazenda". São previstos recursos, até o exercício de 1990, para o desenvolvimento de diversos projetos em três áreas: a faixa de fronteiras entre Tabatinga, no Amazonas, e Oiapoque, no Amapá; a orla ribeirinha do Solimões e do Amazonas e de seus principais afluentes; e o chamado núcleo interiorano.

As ações prioritárias propostas pelo grupo de trabalho são:

### As primeiras propostas

O documento preparado pelo grupo interministerial traz uma discreta queixa contra a "urgência com que foram conduzidos os trabalhos", o que teria impedido a formulação detalhada de alguns projetos, mas relaciona uma série de medidas concretas:

- Toda a legislação referente ao comércio com o Paraguai poderia ser adaptada para a região, pois "todos os países da área amazônica, exceto a Venezuela, possuem déficits comerciais de grande monta com o Brasil".
- É preciso reforçar os consulados brasileiros na área fronteiriça pois "a experiência histórica com a Região Sul demonstra que consulados de fronteira bem instalados e lotados podem constituir instrumentos valiosos para o desenvolvimento e para que sejam evitados no nascedouro problemas políticos decorrentes de fronteiras que se vivificam".
- Há necessidade de "equilibrar as relações com a República Cooperativista da Guiana no mesmo patamar do atual relacionamento Brasil-Suriname. Deve haver esforços para destinar à Guiana os mesmos recursos financeiros que estão sendo dirigidos para o Suriname, tanto no que concerne às linhas de crédito quanto aos montantes para cooperação técnica".
- "Caberá à Funai redobrar esforços na região Yanomami. Há bastante tempo observam-se pressões, tanto de nacionais quanto de estrangeiros, visando constituir, às custas do atual território brasileiro e venezuelano, um Estado yanomami".
- "Qualquer projeto de relocação de pequenos agricultores na Calha Norte poderá redundar em incremento da plantação de epadú", a

- Aumento da presença brasileira, inclusive militar, na área.
- Intensificação das relações bilaterais com os países vizinhos, com destaque para as trocas comerciais.
- Ampliação da ação da Funai junto às populações indígenas.
- Intensificação das campanhas demarcatórias de fronteira.
- Ampliação da infra-estrutura viária.
- Aceleração da produção de energia hidrelétrica.
- Ampliação da oferta de recursos sociais básicos.

Mas os autores do plano fazem questão de deixar claro que estas ações não podem ser implantadas num curto espaço de tempo: "A região em estudo, representando 14% do território nacional e 24% da Amazônia Legal, marcada pelo rudimentarismo de suas formas produtivas, com uma pequena população circunscrita às capitais dos estados e territórios e delimitada por uma extensa faixa de fronteiras, na qual estão localizadas grandes áreas indígenas, induz a pensar que as tarefas ligadas à segurança e ao desenvolvimento são extremamente complexas e apenas passíveis de implementação no longo prazo".

No documento enviado a Sarney, os autores dizem que três preocupações "permeiam os trabalhos do Grupo de Trabalho Interministerial": a restrição orçamentária, a compatibilidade com diversos planos governamentais para a região e "a questão da confidencialidade". O próprio documento é considerado sigiloso e explica: "Sob o aspecto confidencialidade, cabe explicitar que a prioridade governamental, sendo acordada à Calha Norte, poderia vir a suscitar tanto expectativas domésticas exageradas quanto temores infundados nos países limítrofes".

Diz ainda o documento que "muitos dos temas abordados, tais como reformulação de políticas indigenistas, retomadas da demarcação de fronteiras ou localização de instalações militares, requerem tratamento sigiloso, pelo menos nos estágios iniciais da análise, em virtude da alta sensibilidade política".

coca brasileira cujo refino e comercialização "constituem atividades ilegais que estão vivificando extensas áreas fronteiriças". Os ganhos com o "narcotráfico não apenas representam um perigo para a vida política brasileira, mas também permitem o estabelecimento de áreas geográficas fora do controle do poder nacional".

■ A criação de novos pólos de desenvolvimento gerará um aumento progressivo dos fluxos de navegação fluviais, cabendo à Marinha "intensificar, proporcionalmente, suas atividades relativas à segurança da navegação, controle das embarcações e seu policiamento". São necessários recursos especiais para que a Marinha corrija as deficiências na área, "especialmente a Estação naval do rio Negro, em Manaus, e a Base Naval de Val-de-Cans, em Belém".

■ O Exército deve organizar o Comando de Fronteira do Rio Negro, com a criação de um Batalhão Especial de Fronteira, reorganizar o Comando de Fronteira de Roraima e manter a articulação dos Comandos de Fronteira do Solimões e do Amapá. Além disso, deve criar um Pelotão Especial de Fronteira em Tiriós, no Pará.

■ A Aeronáutica deve melhorar os aeródromos de Maturacá, Querari, São Joaquim, Cucuí e Iauaretê, no Amazonas, ampliar os aeródromos de Tiriós, no Pará, Paracaima e Auari, em Roraima, e construir novos aeródromos em Surucucu e Ericó, também em Roraima. Além disso, a Aeronáutica deve preparar-se para a "implantação futura de bases na região Norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas".



Setúbal, Sayad e Couto assinam, com Bayma Denys, proposta aprovada por Sarney

### Médici pensou algo parecido

No domingo, 29 de julho de 1973, o então presidente Emílio Garrastazu Médici inaugurou, na localidade de Porto Grande, a 112 quilômetros de Macapá, as obras de um dos mais ambiciosos projetos do regime militar brasileiro: a Rodovia Perimetral Norte, um complexo de estradas a ser construído em quatro anos, que percorreria mais de 4 mil quilômetros da Amazônia e integraria ao restante do país uma área de 1 milhão 300 mil quilômetros quadrados, fronteira com seis países (Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa).

Projetada dentro do Programa de Integração Nacional e desenvolvida pelo Conselho de Segurança Nacional, a obra era considerada pelos militares muito mais importante que a Transamazônica, porque proporcionaria condições de comunicação e vigilância a toda a fronteira Norte do país, até então controlada, precariamente, por via aérea e pelos rios navegáveis. Em janeiro de 1977, quando, pelo projeto original, as obras deveriam estar chegando a seu final, um porta-voz do ministro dos Transportes, Dirceu Nogueira, informava, pela primeira vez oficialmente, que as obras ficariam paralisadas até que o Brasil superasse seus problemas econômicos.

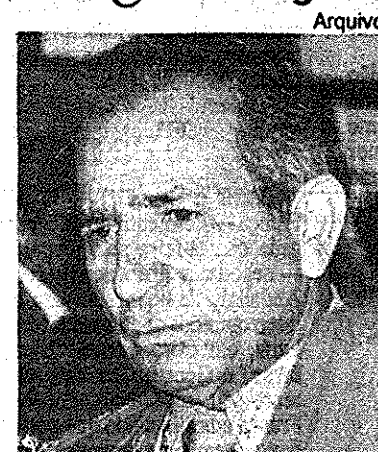
### As razões de segurança

Quando propôs ao presidente Sarney, em 19 de junho de 1985, a criação de um grupo de trabalho para desenhe a ação "com vistas ao fortalecimento das expressões do Poder Nacional na região", o secretário do Conselho de Segurança Nacional, general Bayma Denys, alinhou as seguintes justificativas:

□ "O imenso vazio da região, o ambiente hostil e pouco conhecido, a grande extensão da faixa de fronteira, escassa e pouco povoada, bem como a susceptibilidade da Guiana e do Suriname à influência ideológica, aspectos estes que tornaram vulnerável a soberania nacional." (Nota: A Guiana, uma república ligada à comunidade britânica, e o Suriname, desde 1982 sob o regime militar do coronel Desiré Bouterse, têm juntos uma população que mal passa de 1 milhão de habitantes)

■ "A análise desses aspectos e de outros de ordem econômica, política e prazo, visando a direcionar a atuação governamental, em conjunto com a iniciativa privada, para promover a ocupação e o desenvolvimento da área, de modo harmônico e adequado aos interesses nacionais."

□ "Esse planejamento, além de objetivar o fortalecimento das expressões do Poder Nacional, não deveria deixar de incluir o relacionamento com os vizinhos do Norte. Destarte, seria reco-



A idéia é de Bayma Denys, do Conselho de Segurança

mendável, pelas razões já citadas, ampliar as relações bilaterais, especialmente com a Guiana e o Suriname. É preciso lembrar, entretanto, que a aproximação com esses países apenas atingirá níveis satisfatórios na medida em que o peso específico do benefício político dela resultante prevaleça sobre as possíveis dificuldades comerciais e financeiras, entre outras."

■ — "Além disso, pode-se esperar que a integração desse espaço geográfico ao resto do País venha reforçar o relacionamento com os vizinhos, podendo surgir o Brasil como opção mais confiável do que quaisquer outros alinhamentos."

### Um segredo mal guardado

Brasília — O ministro-chefe do Gabinete Militar, general Rubens Bayma Denys, defendeu com uma frase curta o projeto Calha Norte: "É preciso aumentar a presença brasileira na área de fronteira". A declaração foi feita ontem à noite, em seu gabinete, depois que os comandantes das 12 regiões militares, os chefes de cinco departamentos do exército, o secretário de Economia e Finanças da arma e o próprio chefe do Estado-Maior do Exército passaram o dia discutindo o assunto no Quartel-General do Exército em Brasília, o chamado Forte Apache.

Ao contrário do general Bayma — que costuma falar abertamente sobre alguns aspectos do projeto, sua meninada dos olhos — nenhum dos 19 generais reunidos no Forte Apache se dispôs a comentar o Calha Norte. Provocados, todos se esquivaram de comentários, sob o argumento de que o assunto é sigiloso. Nem tanto. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), por exemplo, teve acesso a partes do projeto e pretende torná-las públicas hoje.

O presidente do Cimi, dom Erwin Krautler, convocou entrevista coletiva para a tarde de hoje. Ele vai atacar o projeto basicamente por dois flancos: a militarização da Amazônia e a pouca preocupação que o Conselho considera estar havendo com a demarcação das terras dos índios Ianomami, migrantes que atravessam as fronteiras conforme a estação do ano. O general Denys recusou-se a comentar as críticas do Cimi antes da entrevista de dom Erwin.

Não resta dúvida de que a inspiração do projeto é basicamente militar. Tanto que o secretário-geral da Secretaria de Planejamento, Henri Philippe Reichstul, formalmente coordenador do grupo interministerial de trabalho envolvido no projeto Calha Norte, não tem controle efetivo sobre o assunto. "Eu nem sabia que o projeto era sigiloso", admitiu. Ele não sabe sequer quanto dinheiro foi liberado para o Calha Norte, apesar de ter assinado, no dia 9 de outubro, uma portaria que liberou Cr\$ 99 milhões para o projeto. "Eu assino tanta coisa...", desculpou-se Reichstul.